

**Guia de Boas
Práticas** no uso
de **linguagem
inclusiva e
não sexista**



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sumário

Apresentação	04
Construindo uma linguagem inclusiva	05
Estrutura das frases	09
Termos neutros e genéricos	10
Termos abstratos	11
Caracteres especiais	13
Documentos oficiais	14

Apresentação

Sabe-se que a língua e a comunicação são instrumentos poderosos na socialização das pessoas, influenciando a construção de nossa sociedade e seus valores. De fato, nossa sociedade é formada por relações pessoais nas quais o diálogo é melhor instrumento na formação de vínculos, resolução de conflitos e negociação, por exemplo.

O uso de uma linguagem que coloca a figura masculina como única protagonista da comunicação gera exclusão, em que pese haja alternativas para evitar que isso ocorra.

Para tanto deve-se enfrentar o desafio de buscar outras formas de levar a mesma informação de uma maneira mais inclusiva para as mulheres. Isso é possível, apesar de parecer difícil, já que é comum usarmos o masculino como uma forma genérica ou mesmo, sem perceber, associarmos algumas características ou funções a um determinado gênero.

Esse Manual de Boas Práticas no uso de linguagem inclusiva e não sexista da Defensoria Pública de São Paulo tem como objetivo trazer dicas e alternativas em situações do dia a dia, servindo de fomento para uma reflexão crítica sobre a linguagem adotada pelos diversos órgãos administrativos e propondo sugestões de avanços e melhorias.

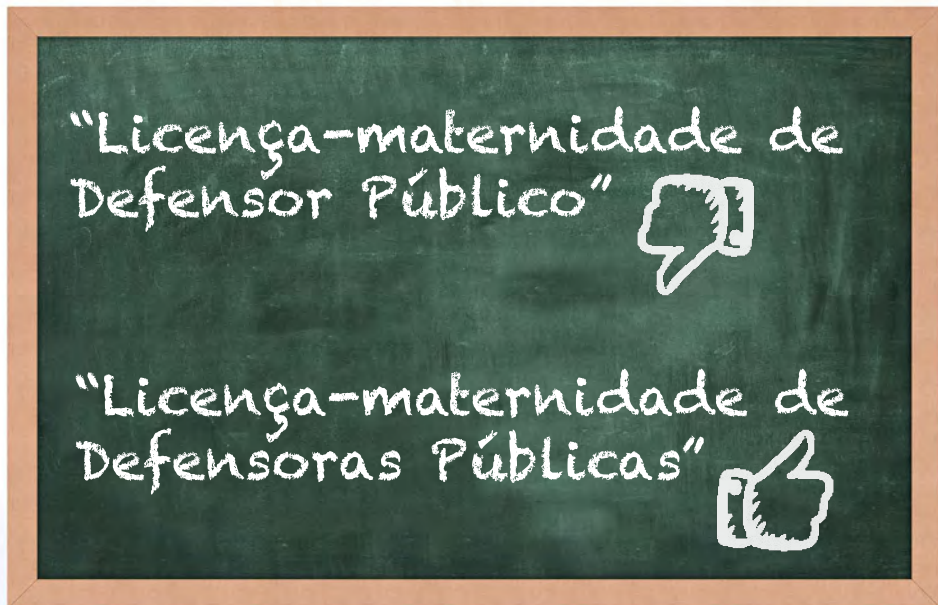
“A linguagem fez-se para que nos sirvamos dela, não para que a sirvamos a ela”. (Fernando Pessoa. A língua portuguesa)

Construindo uma linguagem inclusiva

Ao utilizar apenas a forma masculina para se referir a uma mulher ou a um grupo de mulheres, contribui-se para excluir ou tornar invisíveis essas mulheres. Algumas vezes, **chega-se ao ponto de utilizar uma linguagem masculinizada mesmo para tratar de situações que dizem respeito exclusivamente às mulheres**. Isso pode produzir textos claramente contraditórios, como por exemplo:



Quando um texto for voltado exclusivamente a uma mulher ou a um público feminino, é importante que haja o uso correto de flexão de gênero:



Além disso, é possível usar alternativas para evitar que a referência a uma profissão ou categoria de profissionais seja masculinizada. Por isso, ao fazer referências a pessoas de ambos os gêneros, procure sempre fazer as nomeações corretas, de modo a dar visibilidade aos homens e às mulheres.

Linguagem masculinizada	Sugestão de linguagem inclusiva
<i>Todos os Defensores Públicos da área criminal realizam visitas em presídios.</i>	<i>Todas as Defensoras e Defensores Públicos da área criminal realizam visitas em presídios.</i>
<i>A Defensoria paulista conta com 724 Defensores Públicos.</i>	<i>A Defensoria paulista conta com 724 Defensoras e Defensores Públicos.</i>

OBS: De acordo com as regras gramaticais, quando há dois substantivos (um masculino e outro feminino), o complemento, para combinar com ambos, pode ser usado no plural masculino. **(Ex: Defensoras e Defensores Públicos – “Defensoras” e “Defensores” são os substantivos, “públicos” é o complemento).**

É possível evitar a linguagem masculinizada utilizando termos genéricos, neutros, conjugações verbais, entre outras alternativas.

Linguagem masculinizada	Sugestão de linguagem inclusiva
<i>Os jovens internados na Fundação Casa poderão receber visitas íntimas.</i>	<i>Jovens que cumprem medida socioeducativa na Fundação Casa poderão receber visitas íntimas.</i>

Algumas substituições podem ser feitas para que a linguagem seja inclusiva e sem que haja alteração do conteúdo.

Quando possível, utilize pronomes que não identifiquem o gênero das pessoas.

Linguagem masculinizada	Sugestão de linguagem inclusiva
<i>Aqueles que trabalham com atendimento ao público fazem jus à gratificação de atendimento.</i>	<i>Quem trabalha com atendimento ao público faz jus à gratificação de atendimento.</i>

Procure utilizar palavras que não façam referência ao gênero masculino ou feminino, em vez de pronomes e advérbios com gênero masculino.

Linguagem masculinizada	Sugestão de linguagem inclusiva
<i>Muitos apoiam a expansão da Defensoria Pública.</i>	<i>Muitas pessoas apoiam a expansão da Defensoria Pública.</i>

Estrutura das frases

Mudar a estrutura das frases pode auxiliar a construir textos que não enfoquem no gênero masculino.

Linguagem masculinizada	Sugestão de linguagem inclusiva
<i>Os paulistas confiam na Defensoria Pública do Estado.</i>	<i>A Defensoria Pública do Estado transmite confiança à população paulista.</i>
<i>Defensores e Servidores receberam reajuste salarial em 2017.</i>	<i>Foi concedido reajuste salarial em 2017 para integrantes da Defensoria Pública.</i>
<i>Os Conselheiros irão decidir se alteram ou não a deliberação.</i>	<i>O Conselho irá decidir se altera ou não a deliberação. Ou A alteração da deliberação será decidida pelo Conselho.</i>

Muitas vezes, excluir os termos masculinos não alteram o sentido da frase e, ao mesmo tempo, contribui para que o texto não seja sexista.

Linguagem masculinizada	Sugestão de linguagem inclusiva
<i>A liminar determina ao Estado o custeio das mensalidades e do transporte escolar dos alunos.</i>	<i>A liminar determina ao Estado o custeio das mensalidades e do transporte escolar.</i>

Termos neutros e genéricos

Existem substantivos neutros, porém eles deixam de sê-lo quando precedidos dos artigos “o” ou “a” ou de pronomes como “aquele”, “aquela”, “este”, “esta”. Dessa forma, evite usar esses artigos ou pronomes, alterando a construção do texto.



VOCÊ PODE SUBSTITUIR PRONOMES E ADVÉRBIOS COM GÊNERO MASCULINO POR PALAVRAS NEUTRAS, POR EXEMPLO...

Linguagem masculinizada	Sugestão de linguagem inclusiva
<i>Os representantes do quadro de apoio da Defensoria Pública compareceram à sessão do Conselho Superior.</i>	<i>Representantes do quadro de apoio da Defensoria Pública compareceram à sessão do Conselho Superior.</i>

Os termos genéricos são aqueles que não inviabilizam nenhum dos gêneros e são preferíveis para serem usados quando não for possível fazer referência especificamente às pessoas.

Linguagem masculinizada	Sugestão de linguagem inclusiva
<i>Os cidadãos se manifestaram.</i>	<i>O povo se manifestou.</i>
<i>Os meninos devem ter atenção médica.</i>	<i>As crianças devem ter atenção médica.</i>
<i>Os indígenas terão suas áreas demarcadas.</i>	<i>A população indígena terá suas áreas demarcadas.</i>
<i>O jovem deseja estudar.</i>	<i>A juventude deseja estudar.</i>

Termos abstratos

Os termos abstratos podem ser usados muitas vezes quando nos referimos a profissões ou cargos.

Linguagem masculinizada	Sugestão de linguagem inclusiva
<i>Cada Núcleo possui um Defensor Coordenador – com dedicação exclusiva ao cargo – e uma equipe de Defensores integrantes.</i>	<i>Cada Núcleo possui uma coordenação – com dedicação exclusiva ao cargo – e uma equipe de Defensores e Defensoras integrantes.</i>

<i>O Diretor do Departamento de Recursos Humanos pediu que todos utilizem a plataforma MeuRH.</i>	<i>A Direção do Departamento de Recursos Humanos pediu que seja utilizada a plataforma MeuRH.</i>
<i>A Assessoria Cível é vinculada ao Defensor Público-Geral.</i>	<i>A Assessoria Cível é vinculada à Defensoria Pública-Geral.</i>
<i>Os assessores de imprensa da Defensoria Pública recomendam o uso da linguagem inclusiva.</i>	<i>A Assessoria de Imprensa da Defensoria Pública recomenda o uso da linguagem inclusiva.</i>
<i>Ato conjunto dos 2º e 3º Subdefensores Públicos-Gerais.*</i>	<i>Ato conjunto das 2ª e 3ª Subdefensorias Públicas-Gerais.</i>

** Na assinatura de documentos oficiais e Atos administrativos deve-se utilizar o nome da pessoa responsável, seguido de seu cargo, com a flexão de gênero correspondente. Ex: José da Silva, Segundo Subdefensor Público Geral, e Maria de Souza, Terceira Subdefensora Pública Geral.*

Caracteres especiais

Quando não for possível fazer todas as flexões de gênero, de modo que as mulheres estejam visíveis no discurso (defensoras e defensores, servidoras e servidores, estagiários e estagiárias, usuários e usuárias), alguns recursos podem ser utilizados.

Ainda que não seja o mais adequado, o uso de barras é uma opção, para evitar o excesso de repetições ao longo do texto (defensoras/es, servidoras/es, estagiárias/os, usuárias/os).

NÃO é recomendado o uso dos parênteses e nem de símbolos especiais, que não são legíveis para pessoas com deficiência visual ou que dificultam a leitura.

Exemplos: defensor(a), servidor(a),
estagiári@s
usuárixs.



Documentos oficiais

Em documentos oficiais também é importante atentar-se ao uso da linguagem inclusiva. Além das sugestões feitas nesta cartilha, outros cuidados devem ser observados ao redigir esses materiais.

Dessa forma, caso não se saiba ao certo quem é a pessoa a quem se dirige um documento, o indicado é endereçá-lo ao órgão.

Exemplos: À Chefia de Gabinete
 À 1ª Subdefensoria Pública-Geral
 À Assessoria Criminal

Se for possível identificar a pessoa a quem se destina, o ideal é fazer as flexões de acordo com o seu gênero.

Exemplos: À 2ª Subdefensora Pública, Fabiana... /
 Ao 3º Subdefensor Público, Florisvaldo...

 À Assessora Criminal, Maíra... /
 Ao Assessor Cível Alvimar...

Na assinatura de documentos, e-mails ou outras correspondências, também é importante haver a flexão de gênero na identificação do cargo.

Lembre-se que a Lei n.º 12065/2012 trata da flexão de gênero para nomear profissões.

Exemplo de Assinatura: Maria da Silva
Oficiala de Defensoria Pública

Maria da Silva
Defensora Pública do Estado

Esperamos que essas sugestões ampliem a consciência do uso da linguagem na Instituição e promovam mudanças culturais que gerem mais igualdade e respeito entre todas e todos.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DE SÃO PAULO